

# Brasil: variáveis estratégicas

VALTER POMAR\*

Tomando como marco o ano de 1989, os traços principais do cenário internacional são: defensiva estratégica da classe trabalhadora; hegemonia do capitalismo; crise do capitalismo; declínio da potência hegemônica; ascensão de outros polos de poder; disputa entre vias de desenvolvimento capitalista; formação de blocos regionais (Pomar, 2014a). No âmbito internacional, a tendência predominante é de instabilidade, crises e conflitos.

Já os traços principais do cenário regional são: hegemonia econômica do neoliberalismo; disputa entre diferentes vias de desenvolvimento nacional e regional; vitórias eleitorais e forte protagonismo dos governos progressistas até 2006; desde então, crescente contraofensiva das forças reacionárias (Pomar, 2014b).

Essa contraofensiva das forças reacionárias apoia-se nos esforços que o governo Obama faz para interromper o declínio e recuperar a hegemonia dos EUA. Apoia-se, também, nas forças próprias e no aprendizado das forças reacionárias em cada país. Mas no momento seu principal ponto de apoio está nos limites exibidos pelos governos progressistas (Regalado, 2013).

Os governos progressistas da América Latina e Caribe são muito diversos entre si. Entretanto, todos eles enfrentam: a herança (seja colonial, desenvolvimentista conservadora e/ou neoliberal); a oposição da maior parte das classes dominantes locais; a oposição do bloco internacional liderado pelos EUA.

São “progressistas” porque, em maior ou menor medida, com mais ou menos radicalidade, expressam uma tentativa de superar a hegemonia neoliberal. Entre-

---

\* Professor de Economia Política Internacional na Universidade Federal do ABC. *E-mail:* pomar.valter@gmail.com. Texto escrito em novembro de 2015.

tanto, todos atuam nos marcos da hegemonia neoliberal (ou seja, *nos marcos da hegemonia do capital financeiro e transnacional*, em especial dos EUA).

Todos esses governos progressistas buscaram aproveitar-se da “janela de oportunidades” – comerciais e de investimentos externos – aberta especialmente pelas necessidades e interesses econômicos dos Estados Unidos e da China. Necessidades que geraram uma forte demanda por *commodities*, fornecidas entre outros pelo Brasil. Pois bem: desde a crise de 2007-2008, tanto a China quanto os Estados Unidos estão alterando os termos de sua relação (Maringoni, 2014).

Hoje todos os governos progressistas estão enfrentando uma contraofensiva reacionária (muitas vezes contra a simples existência de um governo considerado progressista). No caso brasileiro, a contraofensiva envolve ações simultâneas da direita partidária, da direita social, da alta burocracia de Estado, do grande capital e do oligopólio da mídia, com táticas que oscilam em torno de duas variantes fundamentais:

- a) “Empurrar” o governo da presidenta Dilma Rousseff a implementar um programa conservador, desgastando a esquerda e facilitando assim a reconquista plena, em 2018, do governo federal.
- b) Afastar a presidenta Dilma, seguindo-se novas eleições ou uma presidência interina de Michel Temer.

Apesar das diferenças táticas, há um amplo consenso estratégico entre as forças reacionárias, em torno dos seguintes objetivos:

- a) Realinhar o Brasil ao bloco internacional comandado pelos Estados Unidos (afastando-o tanto dos BRICS, quanto da integração latino-americana).
- b) Reduzir os níveis de remuneração, direta e indireta, da classe trabalhadora brasileira (o que inclui desde alterações na legislação trabalhista até cobrança de serviços públicos, passando por revisão nas políticas de reajuste do salário mínimo e repressão aos movimentos sociais reivindicatórios).
- c) Reduzir o acesso dos setores populares às liberdades democráticas, em particular, e aos direitos humanos e sociais.

Caso a ofensiva reacionária tenha pleno êxito, não estaríamos apenas de volta aos governos 100% neoliberais de 1994-2002. Nem estaríamos apenas diante do desmanche dos direitos inscritos na (em geral conservadora) Constituição “Cidadã”. Mais do que isso, sob pelo menos dois aspectos estaríamos “girando” em direção a características do Brasil pré-revolução de 1930: no que diz respeito aos direitos trabalhistas (vide as ameaças contra a CLT) e no que diz respeito ao lugar do Brasil na “divisão internacional do trabalho”.

Tais ameaças reforçam a necessidade de derrotar a contraofensiva reacionária, já que dela resultaria um longo “vale das sombras”. Em outubro de 2014, foi a mobilização em grande medida espontânea dos setores progressistas, democráticos, populares e de esquerda que impediu a reação de ganhar a Presidência da República. Os progressistas ganharam na votação popular, mas perderam na

composição do ministério e na definição da política econômica. Algo parecido ocorreu depois da eleição de Vargas em 1950.

A atitude que prevalece no atual mandato da presidenta Dilma Rousseff – com destaque para a decisão de fazer um ajuste fiscal recessivo – alimenta a contraofensiva reacionária, uma vez que piora as condições de vida do povo, torna o governo minoritário na população, enfraquece o governo junto às demais instituições e aos poderes “fáticos”, dividindo as forças de esquerda, inclusive as que apoiaram os governos Lula e Dilma.

Setores da esquerda repudiam o impeachment, mas declaram-se oposição ao governo. Outros defendem o governo, mas declararam-se em oposição à política econômica. Parte coloca em primeiro plano “a defesa do governo contra o golpismo”, deixando em segundo plano ou às vezes considerando “inevitável” o ajuste. Finalmente, há aqueles que defendem o ajuste fiscal.

A divisão da esquerda é acompanhada de uma crescente influência das posições de direita sobre os setores populares. Caso o governo Dilma mude de política, a direita certamente radicalizaria. Mas abandonar o ajuste permitiria reconquistar o apoio popular e reunificar os setores democráticos, progressistas e de esquerda.

Não se trata de repetir a política vigente entre 2006-2014, pois, embora tenha tido relativo sucesso, dependeu fortemente de circunstâncias nacionais e internacionais que não existem mais.

Mudar de política significa:

- a) O desenvolvimento de uma indústria forte e tecnologicamente avançada, com os desdobramentos que isso tem no âmbito da ciência e da engenharia nacionais (sem o que não se altera o “lugar” do Brasil na divisão internacional do trabalho).
- b) A constituição de um setor financeiro poderoso e público (sem o que não haverá recursos para o desenvolvimento e continuaremos submetidos à ditadura do capital financeiro).
- c) A reforma agrária e a universalização das políticas sociais (sem o que não há condições materiais para combinar crescimento econômico com elevação do bem-estar social).
- d) A integração regional (possibilitando cadeias produtivas, economia de escala, recursos e retaguarda estratégica).
- e) A ampliação da auto-organização da classe trabalhadora e a ampliação das liberdades democráticas do conjunto do povo, com destaque para a quebra do oligopólio da comunicação, reforma política e do Estado, outra política de segurança pública e de Defesa, outra política de educação e cultura (sem tais medidas, a classe dominante terá os meios para sabotar e reverter o processo de mudanças).

No curto prazo, outra política supõe: derrubar a taxa de juros, alongar o pagamento da dívida pública, controlar o câmbio, cumprir integralmente o Orçamento,

impulsionar um plano de obras públicas (habitação e construção civil), tendo como suporte os bancos públicos, a Petrobras e o complexo de empresas vinculadas a ela.

Adotar a política resumida acima supõe adotar outra estratégia, diferente daquela predominante no Partido dos Trabalhadores desde 1995 e “radicalizada” com a Carta aos Brasileiros de 2002, a saber, uma estratégia que tentava mudar o Brasil através de políticas públicas, sem reformas estruturais; mediante alianças com setores da classe dominante, inclusive com o capital financeiro; sem rupturas e com o máximo de conciliação possível; acumulando forças principalmente através da institucionalidade eleitoral e subordinando a isto a mobilização social, a organização partidária e a disputa cultural-ideológica.

Entre 2006 e 2014, a maior parte da esquerda brasileira estava convencida de que tal estratégia parecia (apesar de tudo, apesar dos limites, apesar dos problemas, apesar das contradições) ser capaz de mudar o Brasil em benefício da maioria do povo. Pesou na adoção dessa estratégia certo balanço acerca da crise do socialismo soviético (Kersffeld, 2015).

Há quem acredite que aquela estratégia foi correta no passado e hoje não seria mais. Quem pensa isso está “dourando a pílula”. Afinal, o objetivo de uma estratégia, seja qual for, é conseguir... vitórias estratégicas, estruturais, duradouras pelo menos no médio prazo. E se observarmos o período 1995-2015, veremos que os avanços obtidos, avanços que são reais e que não devem ser menosprezados, não chegaram a consolidar-se estruturalmente.

O que podemos dizer, portanto, é que aquela estratégia não impediu vitórias táticas, mas gerou efeitos colaterais (tanto táticos, quanto estratégicos) que, a partir de um determinado momento, passaram não apenas a dificultar as vitórias táticas, mas inclusive passaram a contribuir para uma derrota estratégica que hoje pode assumir imensas proporções.

Acontece que aquela estratégia depende, no limite, da disposição da classe dominante em fazer concessões. Quando essa disposição é fraca ou não existe, a estratégia de conciliação se converte numa armadilha.

A esquerda conciliadora, que paulatinamente desaprendeu o valor do conflito e acomodou-se às “regras do jogo” (por exemplo, ao financiamento empresarial privado), se torna progressivamente incapaz de reagir à altura contra uma direita que segue dispondo de todos os meios deixados intocados pela esquerda, que devido à conciliação não atacou as casamatas de poder da classe dominante: o oligopólio da mídia, o aparato de segurança orientado por uma doutrina antipopular e “gringodependente”, o oligopólio financeiro (que desde os anos 1990 é a fração hegemônica da classe dominante) e a autonomia da alta burocracia do Estado (no Executivo, Legislativo e Judiciário).

Desde pelo menos 2011, a classe dominante não quis mais fazer concessões, as quais, a rigor, sempre foram muito pequenas: como dizia Lula, teríamos sido capazes de melhorar a vida do povo, ao mesmo tempo que os ricos lucravam como nunca. Desde então, veio se conformando uma tempestade perfeita: a mudança na postura da classe dominante, o estresse dos chamados setores médios, a perda de apoio em setores crescentes da classe trabalhadora. Possibilidades que estavam

implícitas naquela estratégia adotada desde 1995, riscos que foram denunciados pela esquerda petista desde aquela época, problemas que eram desconsiderados ou minimizados, quando muito deixando para amanhã as medidas corretivas que poderiam e deveriam ter sido tomadas anteontem.

A atual ofensiva de direita é também, portanto, sinal do esgotamento da estratégia adotada pela maior parte da esquerda nos últimos vinte anos. Precisará ser construída, tanto na teoria quanto na prática, outra estratégia: de luta pelo socialismo, não apenas por um capitalismo pós-neoliberal; de luta pelo poder, não apenas pelo governo; uma estratégia das classes trabalhadoras, não de conciliação com setores da classe dominante.

Para alguns setores da esquerda, mais importante que discutir qual o conteúdo e como construir essa nova estratégia, é debater se isso será feito com o PT, sem o PT ou contra o PT. Há várias razões que explicam essa atitude, entre as quais destaco a campanha de criminalização do PT, que aparentemente ajuda os que abordam o problema da construção de uma nova estratégia a partir da crítica ao petismo. Digo “aparentemente ajuda”, porque é muito comum ocorrer de os críticos às alianças do PT com a direita terminarem aliados com a direita contra o PT.

Quem está chamado em primeiro lugar a responder àquela questão – “com, sem, contra” – é o próprio Partido dos Trabalhadores. Ou seja, é o PT quem terá que decidir se vai buscar construir outra estratégia ou se vai insistir na estratégia da conciliação. E da resposta a essa questão dependerá não exatamente a “sobrevivência futura” do PT, mas sim qual papel o PT desempenhará no presente e no futuro.

Para fazer uma analogia histórica, com toda a imprecisão que as analogias possuem: no final dos anos 1910, a vanguarda da classe trabalhadora brasileira estava sob hegemonia anarquista. O anarquismo foi derrotado e parte dele contribuiu na criação do Partido Comunista. Mas só depois da Segunda Guerra Mundial a estratégia comunista tornou-se hegemônica na vanguarda da classe trabalhadora. O Golpe de 1964 desmoralizou profundamente a estratégia do PC, mas a direção daquele partido insistiu na mesma orientação, o que estimulou defecções, cisões, rupturas e a proliferação de novas organizações de esquerdas. Só nos anos 1980 as lutas de uma nova classe trabalhadora dariam origem a uma nova estratégia hegemônica, simbolizada numa nova organização, o Partido dos Trabalhadores, que reuniu a maior parte da vanguarda da classe. Até 1989 o PT seguiu uma estratégia; frente à ofensiva neoliberal e à crise do socialismo, optou após intensa luta interna por outra estratégia. Hoje, aquela estratégia seguida desde 1995 está sob questionamento (a partir de dentro e também de fora; a partir da esquerda, mas principalmente por parte da direita).

O que acontecerá se o PT não for capaz de construir uma nova estratégia? Milhões de trabalhadores e de trabalhadoras que algum dia votaram, confiaram e inclusive militaram no petismo vão dividir-se. Uma minoria seguirá noutros partidos e movimentos de esquerda. Uma parte adotará posições conservadoras. A ampla maioria vai afastar-se da política ativa durante muito tempo.

Neste cenário, o enfraquecimento do petismo não seria acompanhado do fortalecimento de outra hegemonia de esquerda. No futuro, com pelo menos uma

geração de intervalo, isso poderia/poderá acontecer. Mas, de imediato, o enfraquecimento do petismo teria/terá como resultado o fortalecimento da direita. E eventuais setores de esquerda que conseguissem/conseguirem crescer absorvendo o *ex-petismo* o fariam num contexto de enfraquecimento da esquerda como um todo.

É por isso que, não apenas para derrotar a direita agora, mas também para evitar que se “perca uma geração” (como ocorreu em 1964), é necessário continuar lutando para o PT mudar de estratégia e o governo mudar de política. Sendo que o fundamental é fazer o PT mudar de política, pois do ponto de vista histórico e estratégico é bem mais fácil conquistar e reconquistar governos, do que construir e reconstruir partidos.

Trata-se de construir uma política que nos permita, além de derrotar a direita na batalha do dia, acumular no sentido de outro desfecho estratégico. Pois, mantida a atual estratégia, o desfecho será a derrota do chamado campo popular, agora ou mais adiante, por ação externa ou por suicídio em doses homeopáticas.

Do ponto de vista teórico, construir outra estratégia exigirá enfrentar a análise do capitalismo do século XXI, a retomada do balanço da luta pelo socialismo no século XX, assim como um balanço dos governos “progressistas e de esquerda” no Brasil e na América Latina. Do ponto de vista prático, exigirá no essencial um conjunto de ações que recuperem nosso apoio junto à classe trabalhadora, criando as condições sociais indispensáveis para derrotar o grande capital, a oposição de direita e o oligopólio da mídia, em favor de um desenvolvimentismo democrático-popular e articulado com o socialismo.

Quando falamos em recuperar o apoio junto à classe, em reatar laços com nossa base social, não falamos apenas das dezenas de milhares que vão às marchas, manifestações e congressos. Falamos em primeiro lugar das dezenas de milhões que apoiaram as esquerdas nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, mas que agora estão decepcionados e, em muitos casos, sob a hegemonia da direita.

O que será o futuro dependerá, no fundamental, da classe trabalhadora, especialmente dos setores que, ao longo dos últimos 35 anos, identificaram-se com o PT. Se esses setores demonstrarem disposição política e energia para retomar a ofensiva, através de um forte ciclo de lutas, poderão obrigar o governo e o partido a mudar de orientação, derrotando a direita.

Ao longo do ano de 2015, sugiram sinais positivos neste sentido, entre os quais a postura da Central Única dos Trabalhadores, que critica o golpismo da direita, sem abrir mão de criticar e mobilizar contra o ajuste fiscal; a criação da Frente Brasil Popular, para quem defender a democracia é defender outra política econômica, enfatizando a luta por reformas estruturais e insistindo na unidade de ação com outros setores da esquerda (como os que se organizam sob o nome de “Povo sem medo”); e a percepção crescente de que a interdição do PT afeta negativamente o conjunto da esquerda brasileira.

O principal sinal positivo, paradoxalmente, é o esforço que as forças reacionárias fazem para destruir o PT e Lula. Isto é um sinal de que para atingir seus objetivos estratégicos, não basta um governo que faz concessões.

Estamos numa situação de impasse estratégico, não apenas tático, não apenas político, não apenas institucional. É por isso que para os setores encabeçados pelo PT não é suficiente manter o governo, conquistado legitimamente nas eleições de 2014. É preciso achar caminhos para colocar o governo a serviço das mudanças estruturais, que aliás deveriam ter sido tentadas quando éramos mais fortes.

É por isso que, do ponto de vista do PSDB e das forças que esse partido representa, não basta assumir o governo. Eles precisam utilizar o governo federal para fazer uma contrarreforma conservadora, que não apenas desfaça o que de progressista fizeram os governos Lula e Dilma desde 2003, não apenas desmonte o que há de positivo na Constituição de 1988, mas que também inviabilize, pelo maior espaço de tempo possível, a esquerda brasileira. Por isso a sanha contra Lula, contra o PT, contra a CUT, contra o MST, contra a esquerda em geral, etiquetada de “comunismo bolivariano do Foro de SP”.

É por isso que as forças que se pretendem “terceira via” seguem obrigadas a se posicionar nos marcos da polarização entre PT e PSDB, expressão do conflito entre dois projetos de longo prazo existentes há décadas na sociedade.

A ofensiva de direita, o acúmulo de erros cometidos desde 1995, os efeitos disso no estado de ânimo das “novas” e “velhas” gerações da classe trabalhadora, o liquidacionismo ativo e/ou passivo de setores do próprio PT, bem como a descrença de amplos setores na possibilidade de fazer o PT mudar de estratégia, além do fator “tempo”, tornam neste momento pequenas as chances de êxito da esquerda. Mas ser muito difícil, ao menos para nós, nunca foi critério para deixar de fazer algo historicamente necessário.

## Referências bibliográficas

- KERSFFELD, D. *Desde las cenizas*. Quito: FES-ILDIS, 2015.
- MARINGONI, G.; SCHUTTE, G. R.; BERRON, G. (orgs.). *2003-2013: Uma nova política externa*. Tubarão: Copiart, 2014.
- POMAR, V. *A estrela na janela*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *A foice, o martelo e a estrela*. São Paulo: Página 13, 2014b.
- REGALADO, R.; POMAR, V. *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

## Resumo

A intensidade dos acontecimentos direciona nossa análise para escolhas táticas. Mas para entender a conjuntura, é necessário considerar variáveis estruturais e estratégicas.

**Palavras-chave:** Brasil, economia, política, governo, partidos.

## Abstract

The intensity of events directs our analysis to tactical choices. But to understand the situation, it needs to consider structural and strategic variables.

**Keywords:** Brazil, economics, politics, government, parties.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**Crítica ao conceito de marxismo ocidental**

Pedro Leão da Costa Neto

**Usos e dificuldades da teoria marxista**

Michael Heinrich

**Lutas ecossociais na América Latina**

Michael Löwy

**Dilema da nacionalização  
do marxismo no Brasil**

Gleyton Trindade

**Dossiê: Sindicalismo e política  
(França, Brasil e Argentina)**

Sophie Bérout, Andréia Galvão e  
Paula Varela

# 38